



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

Estado da arte sobre o brincar na educação infantil: uma análise do período de 2010-2020

Amanda Leticia Valverde dos Santos¹; Leomárcia Caffé de Oliveira Uzêda²

1.Amanda Leticia Valverde dos Santos, PROBIC/UEFS, PEDAGOGIA, e-mail: amandxvalverde@gmail.com

2.Leomarcia Caffé de Oliveira Uzêda, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, e-mail: leomarciauzêda@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil; brincar; estado da arte.

INTRODUÇÃO

O brincar ocupa lugar central na vida das crianças, configurando-se como uma experiência inerente à infância e direito assegurado por documentos legais nacionais e internacionais. Mais do que um simples passatempo, trata-se de uma prática social e cultural que permite à criança comunicar-se, elaborar emoções, assumir papéis, ressignificar situações e participar da vida coletiva (Brougère, 1999 *apud* Corsino, 2008). No contexto brasileiro, esse entendimento é reforçado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que apontam o brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas (Brasil, 2010; Brasil, 2017). Dessa forma, o ato de brincar transcende a diversão, constituindo-se como elemento indispensável para o desenvolvimento integral das crianças, envolvendo dimensões físicas, cognitivas, sociais e emocionais.

A literatura também destaca que a infância deve ser entendida como categoria social e histórica, atravessada por diferentes concepções ao longo do tempo (Corsino, 2008). Isso evidencia a existência de múltiplas infâncias, cujas formas de brincar variam segundo os contextos sociais, culturais e econômicos. Nesse sentido, o reconhecimento do brincar como direito exige considerar desigualdades que limitam o acesso a espaços, tempos e materiais lúdicos. No presente estudo, a brincadeira é compreendida como ação importante para o desenvolvimento integral das crianças (Corsino, 2008). Nesse contexto, estudos do tipo Estado da Arte se apresentam como estratégia metodológica fundamental, pois permitem mapear e discutir a produção acadêmica sobre determinado tema, evidenciando avanços, tendências e lacunas (Ferreira, 2002). Assim, o objetivo geral do trabalho foi mapear e analisar os artigos publicados em periódicos nacionais, no período de 2010 até 2020, que tematizam o papel do brincar na educação infantil. Os objetivos específicos foram mapear as produções acadêmicas que tratam do Brincar na Educação Infantil; identificar e analisar as principais características e tendências nas produções acadêmicas sobre o papel do brincar na Educação Infantil; identificar lacunas e contribuições das produções sobre o tema em questão; interpretar os resultados com base nos teóricos do campo do Brincar na Educação Infantil; aperfeiçoar os estudos sobre

Estado da arte ou Estado do conhecimento. Conclui-se que o brincar não é uma ação fundamental para o desenvolvimento integral e formação humana das crianças.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem conhecida como Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, que se caracteriza pelo esforço de mapear e discutir a produção acadêmica já existente, de modo a identificar avanços, lacunas e possibilidades de novos estudos. Como destaca Ferreira (2002, p. 259), esse tipo de investigação busca “conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito”. Para este estudo, foi definido como recorte temporal o período de 2010 a 2020, tendo como referência a Lei n. 12.796/2013, que alterou a LDB n. 9394/96, tornando obrigatória a matrícula das crianças de 4 e 5 anos na Educação Básica. Esse marco legal foi considerado relevante por impactar diretamente tanto a organização da Educação Infantil quanto a produção científica da área. Os dados foram coletados em periódicos nacionais classificados na categoria A, de circulação internacional e nacional. A busca inicial foi realizada na base SciELO, por meio dos descritores “educação infantil” e “brincar”, sendo posteriormente ampliada com consultas diretas aos sites dos periódicos, devido à ausência de alguns artigos na plataforma. Após a coleta, os artigos foram organizados em tabelas que contemplavam informações sobre periódico, título, autores, ano e data de acesso, permitindo um mapeamento detalhado. A análise concentrou-se nos resumos, classificados em quatro categorias (completos, parcialmente completos, incompletos ou superficiais), o que possibilitou identificar não apenas a qualidade da síntese apresentada, mas também as abordagens teóricas e metodológicas predominantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 21 artigos, dos quais 14 foram selecionados para análise final com base nos descritores “educação infantil” e “brincar”. Esses artigos foram distribuídos entre diferentes periódicos, com destaque para Pro-Posições (quatro publicações) e Revista Brasileira de Educação (três publicações), além de presenças pontuais em Perspectiva (dois) e em outras revistas, como Cadernos CEDES, Educação & Realidade, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Educar em Revista e Educação e Pesquisa, cada uma com um artigo. A análise temporal evidenciou ausência de publicações em 2010, 2012 e 2014, mas picos em 2017 (três artigos) e 2019 (quatro artigos), indicando momentos de maior interesse pelo tema. Entretanto, essa produção não apresenta regularidade, já que em outros anos houve apenas uma publicação por periódico.

No que se refere aos bancos de dados, a maior parte das produções foi localizada no SciELO, confirmando sua relevância como base de difusão científica. Contudo, nem todos os artigos estavam indexados, exigindo busca direta nos sites de revistas como Perspectiva, Pro-Posições e Educar em Revista. Esse aspecto aponta para uma limitação em pesquisas que dependem exclusivamente de bases indexadas. Outro elemento importante diz respeito à distribuição regional: há concentração significativa no Sul e Sudeste, responsáveis pela maior parte das publicações, enquanto o Norte apresenta apenas uma produção e o Centro-Oeste não registrou nenhuma. O Nordeste, embora com números mais modestos, se destacou em 2017 com duas publicações, revelando uma contribuição importante ao trazer olhares vinculados a contextos socioculturais distintos.

Além disso, uma produção vinda de Portugal, em 2017, evidencia a possibilidade de internacionalização do debate, ainda que de forma tímida.

A análise dos resumos permitiu classificá-los em quatro categorias: completos, parcialmente completos, incompletos e superficiais. Entre os 14 artigos analisados, 7 apresentaram resumos completos, que contemplaram todos os elementos essenciais de uma pesquisa (problema, objetivo, metodologia, base teórica e resultados); 6 foram parcialmente completos, com apenas parte dessas informações; e 1 foi considerado incompleto. Nenhum resumo foi classificado como superficial, o que indica um esforço mínimo de consistência. O panorama geral pode ser considerado positivo, mas as fragilidades encontradas chamam a atenção: o resumo é a porta de entrada para a pesquisa e, quando incompleto, pode comprometer a visibilidade, dificultar a compreensão dos resultados e até reduzir o alcance acadêmico do trabalho. Assim, reforça-se a importância de resumos bem estruturados como parte integrante da comunicação científica e da consolidação da área.

Quanto às abordagens teóricas, observa-se predominância da Sociologia da Infância e da Teoria Histórico-Cultural, que fundamentam boa parte das pesquisas e reafirmam o brincar como dimensão constitutiva da infância e atividade mediadora do desenvolvimento. Também aparecem perspectivas diversas, como a bakhtiniana (2015), a filosofia e sociologia da infância (2019) e a ontologia heideggeriana (2020), revelando abertura interdisciplinar. Alguns artigos se destacam pela inovação, como o de 2018, que mobiliza a topologia da banda de Möbius para discutir o vínculo educador-bebê. Entretanto, em outros casos, nota-se ausência ou pouca clareza na explicitação teórica, especialmente em produções de 2016, 2017 e 2019, fragilizando o rigor acadêmico. A análise metodológica mostra a predominância da abordagem qualitativa, com destaque para etnografias, observações participantes e registros do cotidiano infantil, além de entrevistas, rodas de conversa e registros fotográficos. Os participantes variam entre crianças de diferentes contextos (ribeirinhas, do campo, surdas, bebês em creches), educadoras e estudantes de Pedagogia. Paralelamente, também se encontram ensaios conceituais e filosóficos, sem coleta empírica, mas que enriquecem o debate ao propor reflexões mais amplas. Essa diversidade demonstra a riqueza interpretativa do campo, mas a falta de explicitação metodológica em alguns resumos dificulta a sistematização científica e a replicabilidade.

Em relação aos conceitos-chave, tanto “educação infantil” quanto “brincar” aparecem de forma oscilante. Enquanto algumas produções reconhecem a Educação Infantil como etapa da Educação Básica, com identidade e práticas próprias, outras a utilizam apenas como pano de fundo. O mesmo ocorre com o brincar: em alguns casos é desenvolvido a partir de referenciais teóricos sólidos, como a teoria histórico-cultural e a sociologia da infância, sendo compreendido como atividade cultural, relacional e mediadora do desenvolvimento. Em outros, aparece apenas citado, sem aprofundamento conceitual. Essa falta de sistematização contrasta com marcos legais importantes, como as DCNEI (2010), a BNCC (2017) e a Lei n. 12.796/2013, que estabelecem o brincar como eixo estruturante da Educação Infantil e garantem sua centralidade no processo educativo. Os resultados apontam que, embora haja avanços na valorização do brincar e na produção científica sobre a infância, ainda persistem lacunas significativas. Destaca-se a pouca presença de pesquisas sobre contextos de desigualdade social, comunidades

indígenas, quilombolas e populações em vulnerabilidade, além da escassa articulação com políticas públicas concretas, como formação docente, financiamento da Educação Infantil e democratização dos espaços lúdicos. Esse cenário mostra que o campo avança em termos de reconhecimento, mas carece de maior sistematização teórica, rigor metodológico e diversificação regional, de modo a dialogar de forma mais ampla com a pluralidade das infâncias brasileiras e com a efetivação dos direitos das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo evidenciam que, embora o brincar seja amplamente reconhecido como direito e como estratégia central no processo educativo infantil, ainda persistem lacunas na forma como as pesquisas têm sido sistematizadas. A análise mostrou certa inconsistência na apresentação dos artigos, especialmente nos resumos, que em alguns casos não oferecem informações suficientes para a compreensão clara da proposta, da metodologia ou dos resultados. Esse aspecto limita o acesso ao conhecimento produzido e dificulta a apropriação das contribuições dos estudos pela comunidade acadêmica e pelos profissionais da educação. Ao mesmo tempo, os resultados reforçam a relevância de investigações sistemáticas sobre a produção científica na área da Educação Infantil, permitindo mapear não apenas os avanços, mas também os desafios que permanecem. Constatou-se que o brincar se apresenta não apenas como uma prática lúdica, mas como uma ação fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, articulando dimensões cognitivas, sociais, afetivas e culturais. Tal reconhecimento está alinhado ao itinerário normativo que consolida o direito à infância, destacando a importância da experiência, da interação e da criatividade como bases de aprendizagens significativas. A pesquisa indica que a consistência e a clareza dos resumos são fatores determinantes para a difusão e consolidação do conhecimento na área, visto que se torna uma ferramenta de valorização da produção acadêmica, garantindo maior visibilidade, acessibilidade e impacto dos estudos sobre o brincar na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: volume 2 – Formação pessoal e social. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.
- PORTO, C. L.; CORSINO, P.; VASCONCELLOS, T.; ANDRADE, C. **Jogos e brincadeiras**: desafios e descobertas (2a edição). Salto para o Futuro, TV Escola, 2008